



XIV Forte de Copacabana Conference
International Security

2/6

COLEÇÃO DE POLICY PAPERS
THE POLICY PAPERS COLLECTION

Markus Kaim

A Ordem de Segurança Global e Europeia na Crise: Poder, Instituições, Princípios

The Global and European Security Order during the Crisis: Power, Institutions, Principles

Organisers



Konrad
Adenauer
Stiftung



CEBRI
BRAZILIAN CENTER FOR
INTERNATIONAL RELATIONS

Supported by



União Europeia



XIV Forte de Copacabana Conference International Security

A Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana é um projeto euro-brasileiro organizado em conjunto pela Fundação Konrad Adenauer (KAS) e pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), com apoio da Delegação da União Europeia no Brasil. A conferência é concebida como um fórum de diálogo entre a América do Sul e a Europa. Seu objetivo é reunir especialistas do setor governamental, acadêmico e privado para discutir assuntos atuais no âmbito de segurança que sejam de interesse comum aos parceiros dos dois lados do Atlântico. Desde seu início em 2003, a conferência se transformou, de uma reunião relativamente pequena, no maior fórum de segurança da América Latina. Na sua 14ª edição, a conferência de 2017 tem como tema 'Arquitetura de Segurança: um intercâmbio entre América do Sul e Europa'. A conferência é aberta ao público e os participantes são incentivados a participar ativamente das discussões. Como novidade para este ano, esta coleção de Policy Papers reflete os temas centrais do evento e pretende identificar desafios, bem como fazer recomendações políticas para o futuro. As edições anteriores da publicação sobre Segurança Internacional da Conferência do Forte de Copacabana podem ser acessadas na página oficial da KAS Brasil (www.kas.de/brazil).

The Forte de Copacabana International Security Conference is a joint Euro-Brazilian project organised by the Konrad Adenauer Foundation (KAS) in partnership with the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) and supported by the Delegation of the European Union to Brazil. The conference is conceived as a forum for dialogue between South America and Europe. It aims to bring together experts from a wide range of government, academic and private-sector backgrounds to discuss current security-related issues which are of interest to the partners on both sides of the Atlantic. Since its inception in 2003, the conference has emerged from a relatively small gathering to Latin America's largest security forum to date. The topic of the 14th edition of the conference is 'Security Architecture: An Exchange between South America and Europe'. The conference is open to the public and the audience is encouraged to actively engage in discussions. As an innovation in 2017, this collection of Policy Papers reflects the major themes of the event and intend to identify challenges as well as make policy recommendations for the future. Previous volumes of the Forte de Copacabana International Security Conference publication can be accessed on the KAS-Brazil Office website (www.kas.de/brazil).

www.kas.de/brasil



Editor **Editor**
Dr. Jan Woischnik

Coordenação editorial **Project Coordination**
Diogo Winnikes
Reinaldo Themoteo



Colaboração **Editorial Support**
Diego Andrade de Freitas
Sebastian Breuer

Projeto Gráfico **Design**
Charles Steiman

Impressão **Print**
J. Sholna

©2017, Konrad Adenauer Stiftung e.V.

Fundação Konrad Adenauer
Rua Guilhermina Guinle, 163
Botafogo CEP: 22270-060
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel: (+55/21) 2220-5441
Fax: (+55/21) 2220-5448

www.kas.de/brasil
 [kas.brasil](https://www.facebook.com/kas.brasil)
 [kasbrasil](https://twitter.com/kasbrasil)

Todos os direitos desta edição são reservados à Fundação Konrad Adenauer. Autores podem ser citados indicando a revista como fonte. As opiniões aqui externadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. All rights are reserved to Konrad Adenauer Foundation. Authors may be quoted if the publication name is referred as source. Authors are exclusively responsible for all concepts and information presented in this book.

ISSN 2176-297X

COLEÇÃO DE POLICY PAPERS THE POLICY PAPERS COLLECTION

1/6

Perspectivas Sul-Americanas para uma Futura Cooperação em Arquitetura de Segurança: Arranjos, Processos e Desafios

South American Perspectives for Future Cooperation on Security Architecture: Arrangements, Processes and Challenges

Antonio Jorge Ramalho
Tradução e revisão **Translation and Revision**: Leslie Sasson Cohen

2/6

A Ordem de Segurança Global e Europeia na Crise: Poder, Instituições, Princípios

The Global and European Security Order during the Crisis: Power, Institutions, Principles

Markus Kaim
Tradução **Translation**: Tito Lívio Cruz Romão | Revisão **Revision**: Leslie Sasson Cohen

3/6

As Capacidades Sul-Americanas contra Ameaças Cibernéticas: Das Fragilidades Atuais a uma Resposta Comum

The South American Capabilities against Cyber Threats: From the Current Weaknesses towards a Common Response

María Lourdes Puente Olivera

Susana García
Tradução e revisão **Translation and Revision**: Leslie Sasson Cohen

4/6

As Capacidades Europeias contra Ameaças Cibernéticas: Fortalecendo a Segurança de TI na Alemanha

The European Capabilities against Cyber Threats: Strengthening IT Security in Germany

Hagen Colberg
Tradução **Translation**: Tito Lívio Cruz Romão | Revisão **Revision**: Leslie Sasson Cohen

5/6

O Nexo Transatlântico do Narcotráfico: a Visão Sul-Americana para uma melhor Colaboração entre a América do Sul e a Europa contra o Tráfico de Drogas

The Transatlantic Narco-Nexus: The South American View for better Collaboration between South America and Europe against Drug Trafficking

Thiago Rodrigues

Carol Viviana Porto
Tradução e revisão **Translation and Revision**: Leslie Sasson Cohen

6/6

A Perspectiva Europeia para uma melhor Colaboração entre a América Latina e a Europa no Combate ao Narcotráfico

The European View for better Collaboration between Latin America and Europe against Drug Trafficking

Mikael Wigell

Joren Selleslaghs
Tradução e revisão **Translation and Revision**: Leslie Sasson Cohen

A Fundação Konrad Adenauer (KAS) é uma fundação política alemã. Através do nosso escritório central na Alemanha e dos mais de 90 escritórios espalhados pelo mundo, gerenciamos mais de 200 projetos abrangendo mais de 120 países. Tanto na Alemanha quanto no exterior, nossos programas de educação cívica têm como objetivo promover os valores de liberdade, paz e justiça, bem como diálogo e cooperação. Como think tank e agência de consultoria, nós focamos na consolidação da democracia, na unificação da Europa, no fortalecimento das relações transatlânticas, assim como na cooperação internacional e no diálogo. Os nossos projetos, debates e análises visam o desenvolvimento de uma forte base democrática para ação política e cooperação.

No Brasil, nossas atividades concentram-se no diálogo de segurança internacional, educação política, estado de direito, funcionamento de instituições públicas e seus agentes, economia social de mercado, política ambiental e energética assim como as relações entre o Brasil, a União Europeia e a Alemanha.

The Konrad Adenauer Stiftung (KAS) is a German political foundation. From our headquarters in Germany and 90 field offices around the globe, we manage over 200 projects covering over 120 countries. At home as well as abroad, our civic education programmes aim at promoting the values of freedom and liberty, peace and justice, as well as dialogue and cooperation. As a think tank and consulting agency we focus on the consolidation of democracy, the unification of Europe, the strengthening of transatlantic relations, as well as on international cooperation and dialogue. Our projects, debates and analyses aim to develop a strong democratic base for political action and cooperation. In Brazil our activities concentrate on international security dialogue, political education, the rule of law, the workings of public institutions and their agents, social market economy, environmental and energy policy, as well as the relations between Brazil, the European Union and Germany.



União Europeia

A Delegação da União Europeia (UE) no Brasil é uma das mais de 130 Delegações da UE no mundo. A Delegação da UE no Brasil está focada na promoção das relações políticas e econômicas entre a UE e o Brasil, de acordo com a parceria estratégica EU–Brasil estabelecida em 2007. A UE e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1960, criando estreitos laços históricos, culturais, econômicos e políticos. Dentre os tópicos centrais da parceria estratégica entre a UE e o Brasil estão questões econômicas, a cooperação em questões-chaves de política externa e o enfrentamento conjunto de desafios globais em áreas como direitos humanos, mudanças climáticas e a luta contra a pobreza. Mais de 30 diálogos formais no setor político foram iniciados entre a União Europeia e autoridades brasileiras para enfrentar esses desafios. Além disso, a União Europeia e o Brasil são parceiros comerciais importantes e os países da União Europeia recebem mais de 20% da exportação brasileira. A União Europeia também é o maior investidor estrangeiro no Brasil com cerca de 60% do investimento estrangeiro.

The European Union (EU) Delegation to Brazil is one of over 130 EU Delegations around the world. The EU Delegation to Brazil is focused on promoting political and economic relations between the EU and Brazil, in line with the EU–Brazil Strategic Partnership established in 2007. The EU and Brazil established diplomatic relations already in 1960 building on close historical, cultural, economic and political ties. Central topics of the EU–Brazil Strategic Partnership include economic issues, cooperation on key foreign policy issues, and jointly addressing global challenges in areas such as human rights, climate change as well as the fight against poverty. Over 30 formal sector-policy dialogues between the European Union and Brazilian authorities have been initiated to address these challenges. The European Union and Brazil are also important trading partners and the countries of the European Union account for over 20% of Brazil's exports. The European Union is also the largest foreign investor in Brazil with around 60% of the foreign investment originating from the European Union.



Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país. Fundado há quase 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes, e com uma rede de mantenedores constituída por instituições, empresas e indivíduos de múltiplos segmentos.

O CEBRI promove a expansão e aprofundamento do debate sobre a política externa brasileira e a inserção do Brasil no mundo, pautado na formulação de políticas públicas e no fomento de diálogo entre os mais relevantes atores brasileiros e globais. O reconhecimento de sua importância internacional é atestado pelo ranking do Programa de Think Tanks e Sociedade Civil da Universidade da Pensilvânia, que destacou o CEBRI como o segundo melhor think tank do Brasil e o quarto melhor da América Latina.


Independent, nonpartisan and multidisciplinary, the Brazilian Center for International Relations (CEBRI) is a non-profit institution that acts to have a positive influence on the construction of the country's international agenda. Founded nearly 20 years ago by a group of business leaders, diplomats and academics, CEBRI has the ability to engage the public and private sectors, academia and civil society. In addition, it counts on an engaged Board of Trustees formed by prominent figures and on a diverse network of sponsors made up of institutions, companies and individuals from multiple sectors.

CEBRI promotes the expansion and deepening of debates on Brazilian foreign policy and Brazil's international insertion, marked by the formulation of public policies and the promotion of dialogue amongst the most relevant Brazilian and global stakeholders. The recognition of its international importance is evidenced by the University of Pennsylvania's Think Tanks and Civil Societies Program, which ranked CEBRI as Brazil's second best think tank and the fourth best in Latin America.



Dr. Markus Kaim é Senior Fellow no Instituto Alemão para Assuntos Internacionais e de Segurança (SWP). Ele lecionou e teve bolsas de pesquisa em universidades dos dois lados do Atlântico: como Professor DAAD de Estudos Alemães e Europeus na Universidade de Toronto (2007-2008), Professor Interino para Política Externa e Relações Internacionais na Universidade de Constança (2007), Pesquisador Visitante no Instituto Americano para Estudos Alemães Contemporâneos na Universidade John Hopkins (2005), Professor Adjunto no Departamento de Ciência Política na Universidade de Zurique (desde 2012) e como Docente Convidado na Escola de Governança Hertie em Berlim (desde 2012).

Dr. Markus Kaim is Senior Fellow at the German Institute for International and Security Affairs (SWP). He has taught and held fellowships at universities on both sides of the Atlantic: As DAAD Professor for German and European Studies at the University of Toronto (2007-2008), as Acting Professor for Foreign Policy and International Relations at the University of Constance (2007), as Visiting Fellow at the American Institute for Contemporary German Studies/ Johns Hopkins University (2005), as Adjunct Professor at the Department for Political Science, University of Zurich (since 2012) and as Guest Instructor at the Hertie School of Governance, Berlin (since 2012).



A Ordem de Segurança Global e Europeia na Crise: Poder, Instituições, Princípios

Markus Kaim

The Global and European Security Order during the Crisis: Power, Institutions, Principles

The international order is currently undergoing a fundamental change and it is evident that this phase that has been lasting since the end of the East-West conflict is almost coming to an end. This change is associated with side effects which many observers perceive as destabilizing, as well as with a great uncertainty concerning which new order will replace the so far established one and what effects this will have. This situation is easy to understand, as far as the history of international relations can be used to identify numerous epochal watersheds related to regulatory governance that have not been peaceful, but instead whose side effects have rather been inter-state wars. One should think, for instance, of the rise in political power of the German Reich at the beginning of the twentieth century, or the phase immediately after the Second World War, when the East-West conflict emerged as a determining force for a period of almost four decades.

From a European perspective, another factor should be added: the influence of the European countries in international politics has been based, unlike before, less and less on military capabilities and willingness to use them in recent decades. The more this power source has lost its importance due to the European integration on the one hand and the pacification of Europe after 1989/90, the greater is the importance of a rule-based international system for Europe's capacity for action and its creative power in international politics. If this is missing, or if it proves to be limited, as far as its effect is concerned, this weakens the influence of Europe (and Germany's influence as a European power of leadership).

The United States reduces its commitment to the global politics

One of the main reasons for the erosion of the established international order is the lesser degree of commitment of the US foreign policy to this matter. Not only under President Trump, but since the presidential nomination of President Obama in January 2009, the US policy has undergone a recognizable turn inward. After a recrudescence of the established political order under President George W. Bush's administration with two major military interventions in Afghanistan and Iraq, it was imperative that the ambitions of the United States in foreign policy be reduced.

After giving priority to the constitution of foreign countries and societies in the period between 2001 and 2009, it would have been time for "nation-building at home", as Barack Obama demanded in his first speech in 2009. In doing so, he abandoned the course of the active and robust internationalism that had been assumed by many democratic presidents such as Roosevelt, Kennedy as well as Clinton. President Trump only strengthened and considerably accelerated an already existing trend.

It is obvious that the United States has not completely abandoned the task of defining international politics for the sake of the isolationism that prevailed in the period between the two World Wars, an inconceivable attitude for the Americans because of their deeply ingrained belief that they are the major global power and also because of the enormous resources that have already been employed in this task. Nevertheless, their engagement has been more selective, there are already more resource restrictions, and the domestic policy resistance against an active policy for the world order is already much greater than in any other period since 1945.

In this context, the US moderation regarding the world order policy comes at an unfavorable time for the international politics. After all, the permanent destabilization of Eastern Ukraine, the action of the "Islamic State" which, although under heavy military pressure, is still active in Iraq and Syria, the recent missile and nuclear weapons tests carried out by North Korea, as well as several other challenges regarding security-related policies have generated greater urgency for a global order, and therefore we feel the need for at least stable or even broader engagement on the part of the United States.

It is not yet possible to accurately assess the effects of this reduced engagement on the power structure of the international system. It is already clear that other actors, especially China and Russia, are trying to fill this strategic vacuum, assuming hegemonic roles at least regionally. It is expected that in the medium term a multipolar system will emerge, in which "a concertation of world powers" will determine in large measure the destinies of international politics. In this new world order, classical multilateral organizations would only play a minor role.

Atualmente a ordem internacional encontra-se em um processo de mudança fundamental, sendo possível reconhecer que a fase iniciada após o término do conflito Leste/Oeste está chegando ao fim. Essa mudança vem acompanhada por efeitos colaterais que muitos observadores interpretam como desestabilizadores, bem como por uma grande insegurança sobre que nova ordem ocupará o lugar daquela antes estabelecida e que efeitos a nova ordem trará. Isso se torna ainda mais compreensível na medida em que na história das relações internacionais se podem identificar várias rupturas na vigência de ordens políticas circunscritas a determinados períodos, rupturas essas que não transcorreram em clima de paz, mas cujos efeitos colaterais foram guerras entre países. Convém lembrarmos, aqui, a ascensão ao poder político alcançada pelo império (Reich) alemão no início do século XX ou ainda o período instalado imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, o qual, sob o signo do conflito Leste/Oeste, transformou-se em uma força estabelecadora da ordem vigente durante umas quatro décadas.

Sob uma perspectiva europeia, devemos mencionar mais um fator: nas últimas décadas, ao contrário de antes, a influência dos países europeus na política internacional tem residido cada vez menos em capacidades militares e mais na disposição de empregá-las. Quanto mais essa fonte de poder foi perdendo importância como efeito da integração europeia e do apaziguamento da Europa após 1989/90, maior passou a ser a importância de um sistema internacional regulamentado visando à viabilidade de ação e ao poder criativo da Europa no seio da política internacional. Se esse fator deixa de existir ou se ocorre uma limitação em sua eficácia, a influência da Europa se enfraquece (o mesmo ocorrendo com a influência da Alemanha como principal potência europeia).

O reduzido engajamento dos EUA na política mundial

Um dos principais motivos da erosão da ordem internacional atualmente estabelecida é o reduzido engajamento dos EUA no tocante à sua política externa. Não só a partir do governo Trump, mas já a partir da posse do presidente Obama em janeiro de 2009, a política norte-americana vem sofrendo uma inequívoca mudança de curso,

voltando-se cada vez mais para as questões de sua política interna. Depois de um primeiro recrudescimento da ordem política durante o governo do presidente George W. Bush, com duas grandes intervenções militares no Afeganistão e no Iraque, era imperativo que se reduzissem as ambições dos Estados Unidos no âmbito da política externa. Após ter dado prioridade à constituição de países e sociedades estrangeiras no período compreendido entre 2001 e 2009, a partir de então teria chegado a hora de “construir a nação na própria casa” (“nation building at home”), como exigiu Barack Obama em seu primeiro discurso em 2009. Com isso ele abandonava o rumo do internacionalismo ativo e robusto que fora assumido antes por muitos presidentes democratas desde Roosevelt, passando por Kennedy até Clinton. O presidente Trump apenas fortaleceu e acelerou consideravelmente uma tendência já existente.

É óbvio que os Estados Unidos não abandonaram por completo a tarefa de definir a política internacional em troca do isolacionismo que imperou no período entre as duas guerras mundiais, uma postura muito pouco imaginável para os norte-americanos devido à sua autoimagem profundamente arraigada como maior potência global e também devido aos enormes recursos já empregados nessa tarefa. Não obstante, seu engajamento vem se mostrando mais seletivo, os recursos já são mais restritos, e as resistências registradas dentro da política interna contra uma política ativa no âmbito da ordem mundial já se revelam muito maiores do que em qualquer outro período desde 1945.

Nesse contexto, essa moderação norte-americana no tocante à ordem política mundial acontece em um momento desfavorável para a política internacional. Afinal de contas, a permanente desestabilização da Ucrânia Oriental, a ação do “Estado islâmico” que, embora sob forte pressão de forças militares, ainda se encontra ativo no Iraque e na Síria, os recentes testes de mísseis e armas nucleares realizados pela Coreia do Norte, e outros vários desafios no campo da política de segurança têm gerado uma maior premência por uma ordem global e, por conseguinte, sentimos a necessidade de um engajamento pelo menos estável ou até mesmo mais amplo por parte dos Estados Unidos.

The assistance of these organizations would depend, much more than it does now, on the interests of one of the dominant powers.

Higher expectations for the European Union

This development further aggravates the dilemma experienced by Europe in the context of the world order. On the one hand, there has recently been an increase in expectations of the European Union (EU), both internally and externally, for it to take on a more stable role, at least in its own security policy field. However, due to the multiple crises arising from the integration process, there is no majority that allows the necessary steps to be taken to deepen or to provide the necessary resources to achieve this goal.

In addition, this is also due to the crisis in the EU and in the Euro-Atlantic Security Architecture as a whole. After all, the role of the EU in the international political order that was conceived in the 2003 European Security Strategy pointed out three political criteria: first, a global engagement of the United States coupled with the guarantee of protection by Washington via NATO to the European countries; secondly, the EU and its neighbors would achieve a lasting peace, and the region would be organized according to the principles of the Charter of Paris – in other words, one could say that Europe would achieve a state of freedom and would be at peace with itself; thirdly, an integration process that would lead to a more and more unmitigated deepening, as well as the radiant force of the successful European model which should serve as a basis for externalizing the effectiveness of the EU's global role. Nowadays these three criteria no longer correspond to reality.

The erosion of the normative consensus

This current circumstance is also a consequence of a process in which the normative pillar of the Euro-Atlantic Security Order has shown its fragility. This erosion is manifested not only in the functional weakening of Europe's multilateral institutions but also in the loss of importance of the principles of action and norms that were agreed upon and set out in the Charter of Paris of 1990. According to it, all members of the Conference on Security and Cooperation in Europe (CSCE) reached a consensus on the central rules of conduct in their mutual relations,

namely respect for the territorial integrity and political autonomy of all Member States of the CSCE; peaceful resolution of conflicts, abstention from any threats or use of force, etc. In addition, they also agreed on principles for the structuring of the necessary guidelines anchored in their respective constitutional provisions, such as democracy, the rule of law, safeguarding human rights and national minorities, etc.

Today, these two normative dimensions are losing their binding effect. With the annexation of Crimea by Russia, after a long time the borders within Europe are again being changed by the use of force, and now we already ask ourselves which parts of the foreign policy agreed in the Paris consensus Russia still feels bound to follow. At the same time, for many years, institutions that have been promoting democracy and the rule of law in the Euro-Atlantic region have been encountering serious constraints in an increasingly open way, so that this component of the Paris consensus might be fulfilled only partially.

This situation nourishes those analyses that confirm the “end of the West”, that is, the end of the political, economic and legal order in force since 1990 as a political model that is largely incontestable to be followed in the international political scene. In fact, it is not necessary to go so far as to predict the end of the West, since democracy, the rule of law and the safeguarding of human rights continue to work with excellence in many European countries. On the other hand, it seems indisputable that the transforming force of the West is paralyzed. While the epoch that is now about to come to an end stood out, according to the model so far established, for the willingness and the readiness to transform the whole international system even against resistance, we can now see that this impulse is paralyzed. The reason for this fact lies, on the one hand, in the disappointing experiences of democracy-building which have taken place mainly outside Europe and, on the other hand, in more and more overbearing projects through which alternatives to the present political order are presented, or the reason lies as well in the fact that Western models have been refused by countries like Russia, China, etc. that consider these models an “interference in their internal affairs.”

Ainda não é possível avaliar com precisão os efeitos desse reduzido engajamento na estrutura de poder do sistema internacional. Já é um fato evidente que outros atores, principalmente a China e a Rússia, procuram preencher esse vácuo estratégico, assumindo papéis hegemônicos pelo menos regionalmente. É de se esperar que em médio prazo surja um sistema multipolar, no qual “um concerto de grandes potências” determine em larga escala os destinos da política internacional. Nessa nova ordem, organizações multilaterais clássicas apenas desempenhariam um papel secundário. O recurso a essas organizações dependeria, bem mais do que ocorre atualmente, dos interesses de uma das potências dominantes.

Maiores expectativas em relação à União Europeia

Essa evolução do problema agrava ainda mais o dilema vivido pela Europa no âmbito da ordem política mundial. Por um lado, nos últimos tempos se tem assistido, tanto interna quanto externamente, a um incremento das expectativas em relação à União Europeia (UE) para que ela venha a assumir de forma estável, pelo menos em sua própria circunvizinhança, uma maior responsabilidade no campo da política de segurança. No entanto, devido às múltiplas crises advindas do processo de integração, não se registra uma maioria que permita que se deem os passos necessários para um aprofundamento ou que se disponibilizem os recursos indispensáveis para alcançar essa meta.

Acresça-se a isso que tal fato também resulta da crise da UE e de toda a arquitetura de segurança euro-atlântica. Afinal de contas, o papel da UE na ordem política internacional proposto na Estratégia de Segurança Europeia (“European Security Strategy”) do ano de 2003 apontava três critérios políticos: em primeiro lugar, um engajamento global dos Estados Unidos, aliado à garantia de proteção por parte de Washington, através da OTAN, para os países da Europa; em segundo lugar, a UE e seus vizinhos alcançariam uma situação de paz duradoura, e a região seria organizada conforme os princípios da Carta de Paris – em outras palavras se poderia dizer: a Europa alcançaria um estado de liberdade e paz consigo mesma; por fim, em terceiro lugar, um processo de integração com um aprofundamento cada vez mais intenso e sem rupturas, assim como a força irradiante do bem-sucedido modelo

européu que deveria servir de base para exteriorizar a eficácia da promoção de segurança da UE na esfera global. Hoje em dia esses três critérios já não mais condizem com a realidade.

A erosão do consenso normativo

Essa circunstância atual também é uma consequência de um processo em cujo transcurso o pilar normativo da ordem de segurança euro-atlântica mostrou sua fragilidade. Essa erosão não se manifesta apenas no enfraquecimento funcional das instituições multilaterais da Europa, mas também sobretudo na perda de importância dos princípios de ação e das normas que foram acordados e estabelecidos na Carta de Paris de 1990. Nela, todos os membros da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) chegaram a um consenso sobre as regras centrais de conduta em suas relações mútuas, a saber: respeito à integridade territorial e à autonomia política de todos os membros da CSCE; solução pacífica de conflitos, abstenção de quaisquer ameaças ou uso da força etc. Além disso, também acordaram princípios para a estruturação de ordenamentos necessários ancorados em seus respectivos dispositivos constitucionais, tais como democracia, Estado de direito, salvaguarda dos direitos humanos e de minorias nacionais etc.

Atualmente, essas duas dimensões normativas estão perdendo seu efeito vinculativo. Com a anexação da Crimeia pela Rússia, depois de um longo tempo se voltou a mudar fronteiras dentro da Europa pelo uso da força, e agora já se questiona a que partes da política externa acordada no consenso de Paris a Rússia ainda se sente vinculada. Ao mesmo tempo, há anos instituições promotoras da democracia e do Estado de direito na região euro-atlântica estão sendo vítimas de obstáculos com uma frequência cada vez maior e de maneira cada vez mais aberta, de modo que também essa fatia do consenso de Paris somente poderá ser cumprida de forma parcial.

Essa situação nutre aquelas análises que constatarem o “fim do ocidente”: o fim da ordem política, econômica e jurídica vigente desde 1990 como um modelo político largamente incontestável a ser seguido na política internacional. Na verdade, não é preciso ir tão longe a ponto de se prognosticar o fim do ocidente, pois a democracia, o Estado de direito e a salvaguarda dos direitos humanos continuam a funcionar com

Prospects

The structural change in the international policy that can be glimpsed presents the European policy with substantial challenges. In the coming years, it will have to face a two-sided task. On the one hand, despite Britain's exit from the EU, it will be necessary to give a new impetus to the integration process or at least to maintain the level of integration already achieved. On the other hand, the EU cannot run the risk of devoting itself uniquely to its own particular affairs and giving up the task of participating effectively in the definition of the international relations.

In order to achieve this goal, a clear statement is needed from the European Union countries stating that they see themselves as an autonomous actor in world politics and that they are willing to use all available foreign policy instruments for the definition of international relations within a framework of an operating International Security Architecture. In the medium term, it will be essential to deepen integration in the areas of foreign and domestic policies.

Secondly, the European foreign policy should not be dispersed, but should prioritize more clearly in which parts of the international system it is ready to engage. There is no doubt that the EU and its Member States are now more present than at any other time, especially through their interdependencies in trade policy and their representations in the field of foreign policy. Nor can it be denied that the EU is being fundamentally affected by the current global processes. Nevertheless, the conclusion that there is a definite need for the EU to define itself as the power of the global order seems debatable. Instead, the EU should prioritize in its field of action countries located in the immediate European neighborhood.

Thirdly, the European countries should strengthen those global and Euro-Atlantic multilateral institutions which are a condition for their own influence in the world, namely the EU, NATO, the United Nations and the OSCE. This means, above all, acting within these institutions and making use of what they offer. In reality, this warning seems superfluous, since the above-mentioned institutions constitute the

scope of the European security policy. However, in recent years the tendency to use informal formats has to be acknowledged. However logical it might be in everyday politics to search for actions in ad hoc alliances: in the long term, the institutional possibilities of confronting crises and the definition of international politics are exposed.

Fourthly, in the European perspective, it will be necessary to rethink the questioning about the partners and the international organizations with which and in which the EU will seek to achieve certain goals. In recent years, the rise of "new" powers, such as China, India, or Brazil, made this new orientation necessary in the same way that the internal shift in US foreign policy was carried out. According to each political sphere, therefore, European foreign policy will always have to re-enact appropriate partners willing to engage in cooperation.

excelência em muitos países da Europa. Por outro lado, parece indiscutível que a força transformadora do ocidente se encontra paralisada. Enquanto a época agora prestes a findar se destacava, conforme o próprio modelo nela vigente, pela disposição e pela vontade de transformar o sistema internacional inteiro também contra resistências, agora se percebe que esse impulso está paralisado. O motivo disso reside, por um lado, nas decepcionantes experiências de fomento à democracia ocorridas principalmente fora da Europa e, por outro, em projetos cada vez mais prepotentes mediante os quais são apresentadas alternativas à atual ordem política, ou reside ainda, no mínimo, na recusa de modelos ocidentais por parte de países como Rússia, China etc., por entendê-los como “interferência em seus assuntos internos”.

Perspectivas

A mudança estrutural da política internacional que se pode vislumbrar coloca a política europeia perante desafios substanciais. Nos próximos anos, ela precisará enfrentar uma tarefa de dupla face. Por um lado, apesar da saída do Reino Unido da UE, será mister imprimir um novo impulso ao processo de integração ou pelo menos manter o nível de integração já alcançado. Por outro lado, a UE não poderá correr o risco de consagrar-se apenas a seus próprios assuntos particulares e dar as costas à tarefa de definir as relações internacionais.

Para tanto, é necessário, primeiramente, uma declaração clara dos países da União Europeia afirmando que se entendem como um ator autônomo da política mundial e que estão dispostos a empregar todos os instrumentos de política externa disponíveis para a definição das relações internacionais no âmbito de uma arquitetura de segurança internacional operante. Em médio prazo, será imprescindível um aprofundamento da integração nas áreas da política externa e interna.

Em segundo lugar, a política externa europeia não deveria dispersar-se, mas sim priorizar de modo mais claro em que partes do sistema internacional ela está pronta a engajar-se. Não há dúvidas de que a UE e seus Estados-membros atualmente marcam presença mais do que em qualquer outra época, especialmente através de suas interdependências na política comercial e suas representações no âmbito da política

externa. Também não se pode negar que a UE está sendo afetada fundamentalmente pelos processos globais presentemente em curso. Não obstante, parece discutível a conclusão de que é necessário definir-se decididamente como potência da ordem global. Em vez disso, a UE deveria priorizar em seu campo de ação os países localizados na circunvizinhança europeia imediata.

Em terceiro lugar, os países europeus deveriam fortalecer aquelas instituições multilaterais globais e euro-atlânticas que são uma condição para sua própria influência no mundo, ou seja, a UE, a OTAN, as Nações Unidas e a OSCE. Isso significa, principalmente, agir no âmbito dessas instituições e fazer uso do que elas oferecem. Na realidade, essa advertência parece supérflua, já que as instituições supramencionadas constituem o âmbito de ação de sua política de segurança. Todavia, nos últimos anos não se pode deixar de reconhecer a tendência a se recorrer a formatos informais. Por mais lógica que venha a ser na política cotidiana a busca por ações em coligações ad hoc: em longo prazo surgem prejuízos para as possibilidades institucionais de se enfrentarem crises e de se definir a política internacional.

Em quarto lugar, na visão europeia, será necessário repensar o questionamento acerca dos parceiros e das organizações internacionais com os quais e nas quais a UE buscará alcançar determinadas metas. Nos últimos anos, a ascensão de “novas” potências, como a China, a Índia ou o Brasil, da mesma maneira que a guinada interna ocorrida na política externa norte-americana tornou necessária essa nova orientação. De acordo com cada esfera política, a política externa europeia, portanto, sempre terá de voltar a cortejar parceiros adequados e dispostos ao engajamento.



